SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
PROJETOS PEDAGÓGICOS DE CURSOS
EDUCAÇÃO FÍ-SICA

DIMENSÃO 1 - ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

HISTÓRICO DA UFPA

A Universidade do Pará (UFPA) foi criada pela Lei nº 3.191 de 2 de julho de 1957, sancionada pelo Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, após cinco anos de tramitação legislativa. Congregou as sete faculdades federais, estaduais e privadas existentes em Belém à época. Exerceram o cargo de Reitor da Instituição dezesseis professores (contando com a participação de dois professores interinos) e, atualmente, a UFPA é administrada pelo Prof. Emmanuel Zagury Tourinho (exercício em segundo mandato: 2020-2024).

A UFPA é uma Instituição Federal de Ensino Superior (IES), organizada sob a forma de autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Ensino Superior (SESu), tendo como princípio fundamental a integração das funções de ensino, pesquisa e extensão de acordo com o Regimento da Reitoria atualmente em vigor, intitulado Regimento dos Órgãos Executivos.

Segundo o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2016-2025), a missão precípua da UFPA é produzir, socializar e transformar o conhecimento na Amazônia, visando a formação de cidadãos e cidadãs capazes de promover a construção da sociedade de forma sustentável, tendo como princípio fundamental a integração do ensino, da pesquisa e da extensão.

Consciente de seu papel social, a UFPA historicamente, construiu-se como uma Instituição de Educação Superior (IES) de referência na Amazônia; assim, estabelecida no Estado paraense, cuja dimensão territorial se destaca por ser significativa ? 1.248.00 km2 e com uma população que atualmente está estimada em 8,074 milhões (IBGE/2014); compreendendo a demanda da população dos municípios do interior que, historicamente não tinham seu direito de acesso ao Ensino Superior reconhecido; assim, em meados de 1980

iniciou seu processo de interiorização com a realização de vestibulares para cursos de Licenciatura como História, Geografia, Matemática, Letras e Pedagogia (FONTES, 2012).

O município de Castanhal, contudo, já havia firmado desde abril de 1978, assinatura de Convênio para a implantação da Universidade Federal do Pará, por meio do Núcleo de Educação e do Serviço de Extensão. A assinatura deste Convênio e o estabelecimento deste Núcleo da UFPA no município castanhalense referendava-se, sobretudo, pelo papel geográfico estratégico da cidade com vistas ao atendimento também, das então Zonas Bragantina, Guajarina e Salgado. Vale ressaltar que, o Campus Castanhal, atualmente acolhe uma diversidade de estudantes oriundos de mais de 50 municípios do Estado paraense (dados SIGAA/UFPA, 2021).

A UFPA/Castanhal, congrega 5 Subunidades (Faculdade de Computação, Faculdade de Letras, Faculdade de Matemática, Faculdade de Pedagogia e Faculdade de Educação Física) e 1 Instituto (Instituto de Medicina Veterinária). Nesta construção, a Faculdade de Educação Física (FEF) acolheu sua primeira turma de calouros nos anos 2000 (Atos Normativos do Curso: Resolução CONSEPE nº 2664 de 16/09/1999, publicada em 16/09/1999; Portaria de Reconhecimento do MEC nº 3799, de 17/11/2004, publicada em 18/11/2004) e, na ocasião, o quadro docente se fazia constituído por docentes vinculados ao Departamento de Educação Física/Centro de Educação do Campus Universitário do Guamá; validando assim, a parceria firmada entre a UFPA e a Prefeitura do município de Castanhal, sendo o primeiro curso de graduação de Educação Física desta IES.

Desde então, vem e consolida-se na Região e, atualmente, funciona com quadro docente composto por 16 professores, sendo 15 com título de Doutor e um com título de Mestre e recebe anualmente 80 alunos ingressantes.

A Licenciatura em Educação Física/PARFOR/CUNCAST/UFPA teve sua primeira turma em 2009; desde sua implementação teve trajetória vinculada à Educação Básica; com 14 turmas, distribuídas em 8 municípios denominados de Polo: Tailândia, São João de Pirabas, Breves, Soure, Santarém, Tucuruí, Capitão Poço, Belém (deste universo, atualmente, encontra-se em andamento apenas uma turma; as demais realizaram seu processo de finalização de curso).

O saldo desse investimento gerou um total de mais de 500 professores (em serviço) que receberam a titulação de Licenciados em Educação Física, contribuindo portanto, para qualificar práticas pedagógicas e processos de ensino-aprendizagem na Educação Básica.

A Licenciatura em Educação Física/PARFOR, desenvolvida na UFPA/CUNCAST, teve seu Projeto Pedagógico aprovado por meio da Resolução CONSEPE/UFPA nº 4.662 de 28 de abril de 2015 e, por meio do presente Documento, buscou adequar-se às legislações vigentes

como:

- a Lei de Diretrizes da Educação Nacional nº 9394/96;
- a Resolução nº 6 de 18 de dezembro de 2018;
- a Resolução nº 7 de 18 de dezembro de 2018; e,
- a Resolução CNE/CP nº 2 de 20 de dezembro de 2019 (Base Nacional Comum/BNC-Formação de Professores da Educação Básica).

O presente PPC visa atender aos professores vinculados à rede pública de ensino, atuantes na Educação Básica, formação em nível superior em proposições diferenciadas e inovadoras, uma vez que ao considerar como integrante ao processo formativo a trajetória de atuação destes professores, propondo uma formação acadêmica pautada no respeito às diferenças culturais, possibilitando assim, construir caminhos que fortaleçam a ruptura histórica na relação dicotômica entre teoria e prática. Pois compreendemos que no processo de formação docente, teoria e prática constituem-se como componentes indissociáveis e indissolúveis, dimensões que, portanto, encaminham-se para a perspectiva de integração dialógica (SANTOS, 2016).

JUSTIFICATIVA DA OFERTA DO CURSO

O Curso de Licenciatura em Educação Física do Campus Universitário de Castanhal iniciou suas atividades acadêmicas no ano de 2000, quando do ingresso de sua primeira turma, com quadro docente pertencente ao antigo Departamento de Educação Física do Centro de Educação do Campus do Guamá. Após um tempo da sua implementação, foi composto o seu quadro docente efetivo com a realização de sucessivos concursos públicos, contando atualmente com dezesseis professores.

No ano de 2004, recebeu uma Comissão Avaliadora in loco, do Ministério da Educação (MEC), o que gerou um documento que apontava fragilidades na infraestrutura do Campus, assim como o reduzido número de professores que, de certa forma, comprometia o desenvolvimento do seu PPC.

Quanto à questão curricular, o destaque foi para a necessidade de sua reformulação, para atendimento às Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Educação Física. Concomitante a essa fase, a professora Cláudia Gomes, Coordenadora do Curso à época, formulou um Projeto de Avaliação do Projeto Pedagógico submetendo-o à aprovação da Pró-reitoria de Interiorização (PROINT), sendo aprovado e desenvolvido em 2004/2005.

Tal avaliação realizada entre discentes, com foco nos elementos desse Projeto, resultou na I

Jornada Acadêmica do Curso de Educação Física. As indicações destes dois documentos ? avaliação do MEC e do proposto pela Coordenação do Curso ? subsidiaram as reformulações ora apresentadas.

Em 2014, foi organizado na mesma Faculdade, o Núcleo Docente Estruturante (NDE) formado a partir de reunião do Conselho da Faculdade. Posteriormente, os membros constituídos apresentaram um Regimento que fora aprovado, iniciando assim, os trabalhos com as competências que lhes cabem.

A FEF/CUNCAST/UFPA inseriu-se no contexto da Política de Formação de Professores, por meio do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica, com a oferta da primeira turma de Licenciatura em Educação Física, na perspectiva do PARFOR no ano de 2009 (Resolução CONSEPE/UFPA nº 4.662 de 28 de abril de 2015). Amparando-se na Lei de Diretrizes da Educação Nacional nº 9394/96 (BRASIL, 1996) que estabelece no seu artigo 26, § 3º, que a Educação Física deve estar integrada à proposta pedagógica da escola e é componente curricular obrigatório da Educação Básica.

As experiências de formação de docentes pautadas nas especificidades do PARFOR, desde 2009, têm contribuído sistematicamente para ressignificar as práticas docentes no interior da própria Faculdade. Assim, enfatiza-se que este Projeto Pedagógico de Curso da Faculdade de Educação Física do Campus Universitário de Castanhal/UFPA, vincula-se ao objetivo de legitimar as novas iniciativas legais para a Área, no que diz respeito à educação escolar.

Assim, pretende-se de forma crítica e contextualizada e, em diálogo com o proposto na BNCC (2017), desenvolver conteúdos históricos da Educação Física como as ginásticas, as danças, os esportes, as lutas, os jogos, os conteúdos do campo do lazer e as diferentes formas de recreação, buscando a consolidação de uma formação crítica e criativa do/a discente para atuar em todos os níveis e modalidades da Educação Básica. Tais campos do conhecimento dinamizam a formação inicial desde o PPC aprovado em 2015. Mas, buscando atualizações com as normativas vigentes, o presente Documento propõe qualificar o PPC do Curso considerando adaptações importantes como:

- a ampliação da Carga Horária do Curso;
- a reorganização das atividades de Extensão;
- a reorganização das atividades práticas;
- a reorganização e/ou alteração de disciplinas.

Essas atualizações referendadas, reconhece o território amazônico como seu locus e, neste sentido, a importância e a função social que uma Instituição Superior na envergadura da UFPA representa para esta Região. O território paraense agrega uma rica sócio

biodiversidade; contraditoriamente, também caracteriza-se por possuir bolsões de miséria.
Entre tantos outros reflexos destas contradições destaca-se, por exemplo, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) que relaciona-se com os indicadores de educação, renda e saúde, sendo determinado por uma escala que segue de 0 a 1. Assim, quanto mais próximo de 1 considera-se um melhor IDH e, na medida que se afasta de 1 e se aproxima de 0, o IDH pode ser considerado pior.
Dados copilados pela Organização das Nações Unidas (ONU) apontam que, em 2017 o Brasil ocupava a 79ª posição no ranking (IDH de 0,759 considerando o universo de 189 países). Nesta perspectiva, o Atlas do Desenvolvimento Humano (PNUD/Brasil/Ipea-2020), socializa dados de 2017 e aponta o Pará ocupando a 23ª posição no ranking entre os Estados brasileiros. Destacando-se ainda, por ter em seu território regiões como a do Marajó, nacionalmente reconhecida por ter municípios com IDH considerados muito baixos ? a exemplo temos o município de Melgaço/PA com IDH de 0,418; este Município carrega a triste referência de, entre os 5.565 municípios brasileiros, ocupar o último lugar neste no raking.
Neste contexto, uma das alternativas estratégicas para reverter a desigualdade entre a população, encontra-se no investimento em Educação, Ciência e Tecnologia. Vale ressaltar que, o acesso à Educação é direito público subjetivo, contudo: "A educação, pois, se transformou em mais um instrumento para aprofundar o grave, dramático e vergonhoso gap social brasileiro. Há uma velha expressão que apregoa: 'Quem pode, pode; quem não pode se sacode'. Os filhos da pobreza se sacodem como podem em escolas precárias e que pouco podem fazer por seu futuro" (CANTANHÊDE, 2009, p. 122-123).

Assim, ofertar um Curso de Licenciatura considerando o público alvo pelo PARFOR, constitui-se como importante caminho estratégico, uma vez que contribuirá para a melhoria do processo de ensino e aprendizagem na Educação Básica da rede pública.
Vale ressaltar que, a UFPA apesar de ter registrado significativos avanços considerando, sobretudo, seu alcance diante do seu processo de interiorização, o qual ainda precisa de expansão, pois há demanda significativa no Estado a ser atendida e o PARFOR apresenta-se como estratégia para a formação docente.
Há que se considerar, ainda, o diferencial que caracteriza a relação da demanda atendida pelo PARFOR e a perspectiva de formação docente presente neste PPC; uma vez que, apoiados por intelectuais como Schön (1987) e Pimenta (2006), estrutura-se uma proposta pedagógica que repudia a racionalidade técnico-científica pela qual historicamente se estabeleceram os cursos de licenciatura nas IES do país.

Conforme estabelecido no PARFOR, os estudantes que cursarão sua Licenciatura em Educação Física trazem trajetória profissional de vinculação na Educação Básica, o que deve provocar na instituição formadora o desafio em transgredir a ordem que historicamente determinou a formação de professores (SCHÖN, 1987) em que:

- os estudantes primeiro estudavam as disciplinas teóricas de caráter pedagógico e específicas do curso; e,
- na etapa final executava-se a prática.

Portanto, seguiu-se uma produção de conhecimento fragmentada, meramente aplicacionista. Tardif, inclusive (2002, p.273) chama-nos atenção para refletirmos sobre este modelo pautado na racionalidade técnica, que trata os estudantes (cursistas) ?como espíritos virgens e não leva em consideração suas crenças e representações anteriores a respeito do ensino?

A proposição no exercício deste PPC, portanto, é atribuir ao estudante vinculado ao Curso de Licenciatura em Educação Física (PARFOR), papel ativo (ROLDÃO, 2001), sobretudo por considerarmos a riqueza da experiência acumulada por este em sua prática enquanto docente, na realidade do seu território local.

O inovador, no processo formativo deste PPC é, também, a carga horária destinada à Extensão, em diálogo com o ensino e a pesquisa, distribuída ao longo do Curso, rompendo-se assim, com uma proposição instrumentalista da formação. Propomo-nos, portanto, alinhados à tese defendida por Tardif (2008), construir práticas pedagógicas que visem a articulação e o diálogo entre as dimensões teoria e prática, pois tal estratégia possibilitará ao sujeito em formação, construir correlação entre o conteúdo ensinado e a complexidade do espaço profissional em que atua.

Neste PPC alinhamo-nos à proposta de Kuenzer (2007), ao considerar a práxis como uma relação entre teoria e prática, capaz de transformar a natureza e a sociedade. Gera-se, neste contexto, uma ação consciente (saber o que faz e para o que faz).

CARACTERÍSTICAS GERAIS DO CURSO

Nome do Curso: Educação Fí-sica
Local de Oferta: Av. dos Universitários
Endereço de Oferta:
Bairro: Jaderlândia
CEP: 6874636
Número: 1
Complemento: Próximo a BR 316

Cidade: Castanhal

Forma de Ingresso: Plataforma Freire / MEC

Número de Vagas Anuais: 40

Turno de Funcionamento: Integral

Modalidade Oferta: Presencial

Título Conferido: Licenciado(a) em Educação Física

Total de Perídos: 8

Duração mínima: 4.00 ano(s)

Duração máxima: 6.00 ano(s)

Carga Horária Total em Hora-relógio [60 Minutos]: 3595 hora(s)

Carga Horária Total em Hora-aula [50 Minutos]: 4314 hora(s)

Período Letivo: Intensivo

Regime Acadêmico: Atividades Curriculares

Forma de Oferta de Atividades: Modular e Paralela

Ato de Criação: Ato de Criação: Resolução CONSEPE nº 2664 de 16/9/1999, publicada em 16/9/1999.

Ato de Reconhecimento: Portaria de Reconhecimento do MEC n0 3799 de 17/11/2004, publicada 18/11/2004.

Ato de Renovação: Ato de Renovação

Avaliação Externa: Conceito 4 (ENADE, 2007); Conceito do Curso 4 (INEP, 2007); Conceito 3 (ENA 2014)

Reoferta: Reoferta/2022

DIRETRIZES CURRICULARES DO CURSO (FUNDAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS, ÉTICOS E DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS)

Historicamente as práticas pedagógicas no âmbito da Educação Física vem tratando o corpo do/a discente como mero objeto de rendimento, desconsiderando uma formação mais integral do sujeito, o que tem exigido cada vez mais projetos pedagógicos capazes de garantir uma formação docente mais plural e possa favorecer o debate crítico, a partir da diversidade de conhecimentos legitimados pelo campo da Educação Física escolar.

Nessa perspectiva, as concepções e tendências ancoradas em gêneses epistemológicas fundamentadas no continente europeu, acumulam evidências que orientam historicamente o fazer pedagógico do/a professor/a que atua com essa disciplina escolar, especialmente a partir da instituição da República no Brasil no final do século XIX através dos Sistemas Ginásticos que eram, segundo Soares (2017), compreendidos a priori, como um conjunto de conhecimentos sistematizados pelo pensamento científico que se consolidava na Europa ao

longo do século XIX, assentadas, segundo Moreira e Carbinatto (2006), em três principais correntes epistemológicas: o Método Sueco (Henrik Ling), com base anátomo-fisiológica o qual pauta a ideia de movimentos precisos (ginásticas, pedagógica ou educativa, militar, médica e ortopédica e estética); o Método Alemão (Cristoph Friedrich Guts-Muths) que institui um método natural estruturado nos exercícios ginásticos; o Método Francês (Francisco Amoros y Ondeano), que concebia a ginástica como base na saúde e na moral do cidadão e era vista como a ciência que estudava os movimentos humanos e seu fortalecimento físico, moral e social, ancorada nos estudos anátomo-fisiológicos e da análise dos movimentos, com influência no processo de escolarização no Brasil na primeira metade do século XX.

No início do século XX, a Educação Física no Brasil mantém forte relação com a ciência médica e com as instituições militares, determinantes para a prescrição de programas educativos e, consequentemente, a forma de atuação na escola, como disciplina que favorecia a educação do corpo com um viés prático, para transformá-lo em organismo saudável e forte, condizente com a sociedade que se pretendia à época com fortes inclinações eugênicas.

Até o ano de 1939, segundo Soares et al. (1992), as aulas eram ministradas por instrutores que recebiam formação em instituições militares e, a partir deste ano, fora criada a primeira escola civil de formação de professores de Educação Física, através do Decreto-lei nº 1212, de 1939). Para a autora, ?[...] Após a Segunda Guerra Mundial, que coincide com o fim da ditadura do Estado Novo no Brasil, surgem outras tendências disputando a supremacia no interior da instituição escolar? (SOARES et al., 1992, p. 53-54).

Nesse contexto, tanto a formação quanto às práticas pedagógicas desenvolvidas nas escolas são tomadas pelo ideário esportivista, baseado na racionalização dos meios e das técnicas, no espírito competitivo e na busca pelo rendimento - o professor treinador versus aluno atleta assume a posição do professor instrutor versus aluno recruta.

O esporte, a partir de então, passa a ocupar os debates acadêmicos da Área, mesmo com a influência do movimento de pensadores da Escola Nova que defendiam, entre outros aspectos, o respeito à personalidade da criança. Para Darido (2003), os preceitos e aspirações do pensamento escolanovista são, de certo modo, suprimidos com a instauração do regime militar a partir de 1964, momento em que a Educação Física, enquanto disciplina escolar, torna-se sinônimo de esporte.

Diante dos desafios impostos durante os governos militares e, até certo ponto a crise de identidade da área, a década de 1980 demarca um período de grande efervescência no meio acadêmico, impulsionado pelo surgimento de Programas de Pós-graduação e as discussões

em torno do objeto da Educação Física dentro e fora da escola, impulsionados pela crítica e, até mesmo pela rejeição aos processos anteriores, constituindo-se em período de crise de identidade, porém intensos e férteis avanços críticos que tinham em comum a negação desses modelos que, de acordo com Moreira (2007), privilegiavam sobremaneira a mera reprodução da técnica esportiva, baseada em paradigmas mecanicistas e sem nenhuma preocupação com aspectos sócio culturais da prática corporal.

No embalo das transformações políticas da década de 1980, as discussões em torno do objeto e papel da Educação Física escolar, alcançam outros patamares, tendo como protagonistas diversas tendências e abordagens.

Entre as matrizes contemporâneas que se destacaram está a Crítico-superadora, sistematizada por um coletivo de autores que embasavam as reflexões sobre a Educação Física e seu ensino nos pressupostos sociológicos, a partir da cultura corporal como objeto de área com ênfase na relevância social dos conteúdos, sua contemporaneidade e sua adequação às características sociais e cognitivas dos alunos no sentido de transformar a sociedade em que os trabalhadores pudessem usufruir do resultado de seu trabalho (SOARES, 1992).

Outra abordagem importante que se destaca é apresentada por Daólio (2007), fundamentada na Antropologia Social que compreende a Educação Física como construção social uma vez que homem, natureza e cultura coexistem de forma indissociável, demarcados pelo/no corpo.

A abordagem desenvolvimentista, proposta por Tani et al. (1988), a centralidade está nas habilidades motoras, a qual propõe que os conteúdos sejam adequados às faixas etárias dos alunos numa sequência fundamentada no modelo de taxionomia do desenvolvimento motor.

Freire (1997), apoiado nos estudos de Vygotsky, elabora a abordagem construtivista-interacionista, tendo como foco o conhecimento sobre a criança e em tudo aquilo que faz parte do seu universo como o brinquedo, os jogos e as brincadeiras.

Na perspectiva de Betti (1992), a Educação Física sobretudo a escolar, tem o papel de propor vivências ao aluno em conteúdos como o esporte, o jogo, a dança e a ginástica; não tem como foco na aprendizagem das habilidades motoras ou no desenvolvimento de capacidades físicas de forma estanque.

Para Kunz (1999), as aulas de Educação Física, de certo modo revelam que há facilidade dos profissionais em recriar e redimensionar as suas práticas, porém no momento de interpretação mais aprofundada dos fundamentos teóricos dessa prática, este encontra barreiras. É a partir dessa percepção que, o autor propõe uma concepção de movimento denominada dialógica, a Crítico-Emancipatória.

Destacamos, também, a Pedagogia da Ciência da Motricidade Humana de Manuel Sérgio

(1995), o qual assevera que a Educação Física deve ser denominada de Educação Motora, pois segundo o autor, o estatuto de cientificidade da motricidade humana revela que a ciência está imbricada na cultura.

Os pressupostos epistemológicos, correntes e abordagens gestados nos contextos históricos revelam que a Educação Física, enquanto campo teóricode disciplina escolar, caracteriza-se por ser uma Área de conhecimento que se estrutura a partir das práticas históricas socialmente produzidas, cientificamente estudadas e investigadas e que o aprofundamento e alargamento desses estudos aliados ao fazer docente, são primordiais à formação do/a professor/a de Educação Física.

Assim, vale destacar que a especificidade dos futuros egressos do Curso de Licenciatura em Educação Física do PARFOR/UFPA que já apresentam experiência em docência na Educação Básica, deve ser considerada e imprescindível durante o processo de formação com vistas a potencializar ainda mais as práticas ancoradas nas diversas tendências apresentadas, sem perder de vista a crítica, mas sobretudo, o respeito a cada uma delas.

Nesse sentido, faz-se necessário estruturar este Curso com o que há de mais atual na área, compatibilizado com os conteúdos tradicionais em diálogo com a BNCC (2017) como jogos, esportes, danças, ginásticas, lutas e práticas corporais de aventuras.

Deste modo, toda a sistematização teórica vivenciada no Curso deve estar articulada com as situações de ação profissional e balizadas por posicionamentos reflexivos com consistência e coerência conceitual. Portanto, as dimensões da formação do egresso não podem ser adquiridas apenas no plano teórico, nem no estritamente instrumental; é vital a coerência entre a formação oferecida, as exigências práticas esperadas do futuro profissional e a necessidade de emancipação e democratização política, humana e sociocultural.

Deste modo, os conhecimentos a serem apreendidos ao longo da formação não podem ser reduzidos às dimensões do aprender a aprender, aprender a fazer, aprender a ser e aprender a conviver. Implicam também a consciência de classe, a formação política e a organização revolucionária, a partir de uma concepção de currículo como espaço de debate de ideias que deve ser compreendido tal qual processo histórico de formação da competência humana à emancipação.

Não obstante, o currículo e a formação devem privilegiar a cultura científica de base em Ciências Humanas, Sociais, Biológicas/Saúde e da Terra, bem como em Artes e Filosofia, de modo a contribuir para a formação humana emancipatória e omnilateral; com ênfase à transformação e ao enriquecimento da ação profissional ética, tanto quanto para possibilitar que a cultura corporal, corporificada nas manifestações clássicas e emergentes da Educação Física, seja compreendida e analisada a partir da articulação das suas dimensões científica,

técnica, moral e ética, política, pedagógica.

OBJETIVOS DO CURSO

Formar o professor em Licenciatura em Educação Física para atuar de forma crítica e reflexiva na rede pública da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio), bem como nas Modalidades de Ensino (Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, Educação Profissional e Tecnológica, Educação do Campo, Educação Escolar Indígena, Educação à Distância, Educação Quilombola e outras específicas da Região Amazônica)

Consolidar possibilidades interdisciplinares que apontem para uma formação que preze pela ética, pela diversidade étnico-racial, diversidade de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, cultural e biológica, pautadas na prática inclusiva e de respeito às diferenças;

Reconhecer o direito de aprender dos estudantes, ampliando as oportunidades de desenvolver conhecimentos, habilidades, valores e atitudes indispensáveis ao bom desempenho no Curso e para o exercício da docência;

Garantir no percurso acadêmico a identificação e problematização de concepções de corpo e práticas corporais presentes nas relações sociais do homem moderno que, de forma direta ou indireta, interferem nas relações humanas na sociedade contemporânea, direcionando-as à defesa dos direitos humanos e preservação do meio ambiente;

Reafirmar o valor social à escola e à profissão docente de modo contínuo, consistente e coerente com as experiências de aprendizagem dos professores em formação;

Reafirmar no currículo a formação na perspectiva do pluralismo metodológico ao desenvolver os conteúdos ligados ao campo dos jogos e das brincadeiras, dos esportes, das ginásticas, das lutas, das danças e dos estudos do lazer;

Fortalecer a compreensão de responsabilidade, do protagonismo e da autonomia dos licenciandos com o seu próprio desenvolvimento profissional;

Promover integração entre a teoria e a prática, tanto no que se refere aos conhecimentos pedagógicos e didáticos, quanto aos conhecimentos específicos da área do conhecimento ou do componente curricular a ser ministrado;

Reconhecer e respeitar as instituições de Educação Básica como parceiras imprescindíveis à formação de professores, em especial, as das redes públicas de ensino;

Possibilitar o engajamento da equipe docente do Curso no planejamento e acompanhamento das atividades de Estágio obrigatório;

Oportunizar ações pedagógicas na perspectiva intercultural de valorização da história, da cultura e das artes nacionais, bem como das contribuições das etnias que constituem a nacionalidade brasileira.

PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

O/a estudante formado/a na Faculdade de Educação Física da Universidade Federal do Pará ? Campus Universitário de Castanhal estará habilitado para atuar em todos os níveis e todas as modalidades da Educação Básica, devendo ser sujeito ativo do processo de escolarização de crianças, jovens e adultos, participar da construção de projetos democráticos na escola que garantam aos discentes o direito a uma formação sólida, considerando sobretudo, o diálogo permanente com a interface sócio histórica do estudante.

Assim sendo, ao término do Curso, almeja-se que o egresso reafirme o perfil (além da legislação mencionada neste Documento para subsidiar a construção do perfil do profissional almejado por este PPC, recorre-se à Portaria publicado de nº 481/2017 MEC/INEP) para atuar na docência ao apresentar as seguintes características:

I. Sólida formação teórica/intelectual e crítico-reflexiva, generalista, sensível às diversas culturas de movimento humano e suas manifestações em diferentes contextos da Educação Básica;

II. Humanista, crítica e reflexiva com ação docente autônoma, fundamentada no rigor científico, na reflexão filosófica e na conduta ética;

III. Comprometida com o processo educativo, com sua ação docente na Educação Física e com sua formação continuada e capaz de adequar metodologias, procedimentos pedagógicos, processos avaliativos às diferentes realidades, sobretudo, à amazônica;

IV. Alinhada à concepção interdisciplinar que situe os conhecimentos da Educação Física no conjunto de saberes do contexto educacional e comprometido com visão epistêmica de indissociabilidade entre teoria e prática.

COMPETÊNCIAS

Orienta-se pelas legislações vigentes, em especial a Resolução CNE/CP nº 2 de 20 de dezembro de 2019, o PPC do Curso de Licenciatura em Educação Física-PARFOR propõe no processo da dinamização curricular, que o graduado ao dialogar com seus processos sócio histórico e as vivências da formação numa construção dialética de ação-reflexão-ação

construirá competências forjadas em habilidades necessárias à formação que consiga conduzir processos formativos mais criativos, capazes de atender às demandas da realidade amazônida cada vez mais complexa e exigente.

Ao professor e à professora de Educação Física será exigido, cotidianamente, competências para lidar de forma crítica e criativa com as realidades escolares, especialmente da Região Amazônica e, que no trato com os conhecimentos/conteúdos da Área, torna-se imperiosa a necessidade de saber ouvir, refletir e, repensar sua prática pedagógica.

Nessa direção, é imprescindível que o currículo seja capaz de proporcionar sínteses dos diversos conhecimentos, processos metodológicos e avaliativos que dialoguem com a escola da Educação Básica, com professores comprometidos com uma educação de qualidade, transformadora e, inclusiva, que garanta aos estudantes o direito à aprendizagem preconizado como pressuposto básico da Base Nacional Comum Curricular para a Educação Básica/BNCC, que tem caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais, o qual os discentes devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação/PNE. O documento se aplica exclusivamente à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de nº 9.394/1996 e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam a formação humana integral e a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva como fundamentado das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. Para que se garanta uma formação sólida, ancorado na legislação vigente, a formação deve garantir ao futuro professor de Educação Física competências entre as quais destacamos:

I. Ter postura ética e comprometida com a construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária.

II. Demonstrar consciência da diversidade amazônica, respeitando as diferenças de natureza política, ambiental-ecológica, cultural, econômica, étnico-racial, de gênero, de faixas geracionais, de classes sociais, religiosa, de necessidades especiais, de diversidade sexual, entre outras.

III. Compreender o seu papel na formação dos estudantes da Educação Básica a partir de concepção ampla e contextualizada de ensino e processos de aprendizagem e desenvolvimento destes, incluindo aqueles que não tiveram oportunidade de escolarização na idade própria.

IV. Trabalhar na promoção da aprendizagem e do desenvolvimento de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano nas etapas e modalidades da Educação Básica.

V. Compreender e utilizar os conhecimentos historicamente construídos para poder ensinar a realidade com engajamento na aprendizagem do estudante e na sua própria aprendizagem colaborando para a construção de uma sociedade livre, justa, democrática e inclusiva.

VI. Valorizar e incentivar as diversas manifestações artísticas e culturais, tanto locais quanto mundiais e a participação em práticas diversificadas da produção artístico-cultural para que o estudante possa ampliar seu repertório cultural.

VII. Utilizar diferentes linguagens ? verbal, corporal, visual, sonora e digital ? para se expressar e fazer com que o estudante amplie seu modelo de expressão ao partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos, produzindo sentidos que levem ao entendimento mútuo.

VIIII. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas práticas docentes como recurso pedagógico e como ferramenta de formação para comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e potencializar as aprendizagens.

IX. Valorizar a formação permanente para o exercício profissional, para atualização na sua área e afins, apropriar-se de novos conhecimentos e novas experiências que lhe possibilitem aperfeiçoamento profissional e eficácia e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania, ao seu projeto de vida com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

X. Desenvolver argumentos com base em fatos, dados e informações científicas para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns, que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental, o consumo responsável em âmbito local, regional e global com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.

XI. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana, reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas, desenvolver o autoconhecimento e o autocuidado nos estudantes.

XII. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza, para promover ambiente colaborativo nos locais de aprendizagem.

XIII. Agir e incentivar, pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência, abertura a diferentes opiniões e concepções pedagógicas, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários,

para que o ambiente de aprendizagem possa refletir esses valores.

Vale destacar também, referente às competências específicas, é que devem alinhar-se: 1] ao conhecimento profissional; 2] à prática profissional; e, 3] ao engajamento profissional.

Como competência referente ao Conhecimento Profissional:

I. Dominar os objetos de conhecimento e saber como ensiná-los;

II. Demonstrar conhecimento sobre os estudantes e como eles aprendem;

III. Reconhecer os contextos; e,

IV.Conhecer a estrutura e a governança dos sistemas educacionais.

No que diz respeito as competências da Prática Profissional:

I. Planejar as ações de ensino que resultem em efetivas aprendizagens;

II.Criar e saber gerir ambientes de aprendizagem;

III.Avaliar o desenvolvimento do educando, a aprendizagem e o ensino; e,

IV.Conduzir as práticas pedagógicas dos objetos de conhecimento, das competências e das habilidades.

Referente ao Engajamento Profissional destaca-se como competências:

I. Comprometer-se com o próprio desenvolvimento profissional;

II. Comprometer-se com a aprendizagem dos estudantes e colocar em prática o princípio de que todos são capazes de aprender;

III. Participar do Projeto Pedagógico da escola e da construção dos valores democráticos;

IV. Engajar-se, profissionalmente, com as famílias e com a comunidade.

E, compreendendo a especificidade da Educação Física, destacamos as competências em diálogo com a BNCC:

I. Compreender a origem da cultura corporal de movimento e seus vínculos com a organização da vida coletiva e individual.

II. Planejar e empregar estratégias para resolver desafios e aumentar as possibilidades de aprendizagem das práticas corporais, além de se envolver no processo de ampliação do acervo cultural nesse campo.

III. Refletir, criticamente, sobre as relações entre a realização das práticas corporais e os processos de saúde/doença, inclusive no contexto das atividades laborais.

IV. Identificar a multiplicidade de padrões de desempenho, saúde, beleza e estética corporal, analisando criticamente os modelos disseminados na mídia e discutir posturas consumistas e preconceituosas.

V. Identificar as formas de produção dos preconceitos, compreender seus efeitos e combater posicionamentos discriminatórios em relação às práticas corporais e aos seus participantes.
VI. Interpretar e recriar os valores, os sentidos e os significados atribuídos às diferentes práticas corporais, bem como aos sujeitos que delas participam.
VII. Reconhecer as práticas corporais como elementos constitutivos da identidade cultural dos povos e grupos.
VIII. Usufruir das práticas corporais de forma autônoma para potencializar o envolvimento em contextos de lazer, ampliar as redes de sociabilidade e a promoção da saúde.
IX. Reconhecer o acesso às práticas corporais como direito do cidadão, propondo e produzindo alternativas para sua realização no contexto comunitário.
X. Experimentar, desfrutar, apreciar e criar diferentes brincadeiras, jogos, danças, ginásticas, esportes, lutas e práticas corporais de aventura, valorizando o trabalho coletivo e o protagonismo.

ESTRUTURA CURRICULAR

O Curso de Licenciatura em Educação Física-PARFOR orienta-se pelas legislações vigentes; organizando-se, portanto, em três Grupos de referência:
Núcleo I: Base Comum totalizando 810 horas e que compreende os conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos, que fundamentam a educação e suas articulações com os sistemas, as escolas e as práticas educacionais, assim descritas:
I - Currículos e seus marcos legais:
a) LDB devendo ser destacado o art. 26-A;
b) Diretrizes Curriculares Nacionais;
c) BNCC: introdução, fundamentos e estrutura; e
d) currículos estaduais, municipais e/ou da escola em que trabalha.
II - Didática e seus fundamentos:
a) compreensão da natureza do conhecimento e reconhecimento da importância de sua contextualização na realidade da escola e dos estudantes;
b) visão ampla do processo formativo e socioemocional como relevante para o desenvolvimento dos estudantes, das competências e habilidades para a sua vida;
c) manejo dos ritmos, espaços e tempos para dinamizar o trabalho de sala de aula e motivar os estudantes;
d) elaboração e aplicação dos procedimentos de avaliação de forma que subsidiem e

garantam efetivamente os processos progressivos de aprendizagem e de recuperação contínua dos estudantes;

e) realização de trabalho e projetos que favoreçam as atividades de aprendizagem colaborativa; e

f) compreensão básica dos fenômenos digitais e do pensamento computacional, bem como de suas implicações nos processos de ensino-aprendizagem na contemporaneidade.

III - metodologias, práticas de ensino ou didáticas específicas dos conteúdos a serem ensinados, devendo ser considerado o desenvolvimento dos estudantes e que possibilitem o domínio pedagógico do conteúdo, bem como a gestão e o planejamento do processo de ensino e aprendizagem;

IV - gestão escolar com ênfase nas questões relativas ao projeto pedagógico da escola, ao regimento escolar, aos planos de trabalho anual, aos colegiados, aos auxiliares da escola e às famílias dos estudantes;

V - marcos legais, conhecimentos e conceitos básicos da Educação Especial, das propostas e dos projetos para o atendimento dos estudantes com deficiência e necessidades especiais;

VI - interpretação e utilização na prática docente, dos indicadores e das informações presentes nas avaliações do desempenho escolar, realizadas pelo MEC e pelas Secretarias de Educação;

VII - desenvolvimento acadêmico e profissional próprio, por meio do comprometimento com a escola e participação em processos formativos de melhoria das relações interpessoais para o aperfeiçoamento integral de todos os envolvidos no trabalho escolar;

VIII - conhecimento da cultura da escola, o que pode facilitar a mediação dos conflitos;

IX - compreensão dos fundamentos históricos, sociológicos e filosóficos; das ideias e das práticas pedagógicas; da concepção da escola como instituição e de seu papel na sociedade e da concepção do papel social do professor;

X - conhecimento das vertentes teóricas que explicam os processos de desenvolvimento e de aprendizagem para melhor compreender as dimensões cognitivas, sociais, afetivas e físicas, suas implicações na vida das crianças e dos adolescentes e de suas interações com seu meio sociocultural;

XI - conhecimento sobre como as pessoas aprendem, compreensão e aplicação desse conhecimento para melhorar a prática docente;

XII - entendimento sobre o sistema educacional brasileiro, sua evolução histórica e suas políticas para fundamentar a análise da educação escolar no país, bem como possibilitar ao futuro professor compreender o contexto no qual exercerá sua prática; e

XIII - compreensão dos contextos socioculturais dos estudantes e dos seus territórios

educativos (BRASIL, 2019).

Núcleo II: Conteúdos específicos da Licenciatura em Educação Física, totalizando 1605 horas e que compreende a aprendizagem dos conteúdos específicos da área da Licenciatura em Educação Física como componentes, unidades temáticas e objetos de conhecimento da BNCC e para o domínio pedagógico desses conteúdos.

Núcleo III: Prática Pedagógica que compreende o total de 810 horas, assim distribuídas: 405 horas de Estágio Supervisionado em ambiente de ensino e aprendizagem; 405 horas ao longo do Curso entre os temas dos Grupos I e II. Considerando que:

§ 1º O processo instaurador da prática pedagógica deve ser efetivado mediante o prévio ajuste formal entre a instituição formadora e a instituição associada ou conveniada, com preferência às escolas e às instituições públicas.

§ 2º A prática pedagógica deve, obrigatoriamente, ser acompanhada por docente da instituição formadora e por 1 (um) professor experiente da escola onde o estudante a realiza, com vistas à união entre a teoria e a prática e entre a instituição formadora e o campo de atuação.

§ 3º A prática deve estar presente em todo o percurso formativo do licenciando, com a participação da equipe docente da instituição formadora, devendo ser desenvolvida em uma progressão que, partindo da familiarização inicial com a atividade docente, conduza de modo harmônico e coerente ao Estágio Supervisionado, no qual a prática deverá ser engajada e incluir a mobilização, a integração e a aplicação do que foi aprendido no Curso, bem como estar voltada para resolver os problemas e as dificuldades vivenciadas nos anos anteriores de estudo e pesquisa.

§ 4º As práticas devem ser registradas em portfólio que compile evidências das aprendizagens do licenciando, requeridas para a docência, como p planejamento, a avaliação e o conhecimento do conteúdo.

§ 5º As práticas mencionadas no parágrafo anterior consistem no planejamento de sequências didáticas, na aplicação de aulas, na aprendizagem dos educandos e nas devolutivas dadas pelo professor (BRASIL, 2019, p.4).

Há que considerar-se, ainda, a carga horária destinadas às atividades de Extensão, uma vez que este PPC compreende que:

Art. 3º - A Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico que promove a interação transformadora entre

as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento em articulação permanente com o ensino e a pesquisa (BRASIL, 2018, p.1-2).

Outra dimensão são as Atividades Complementares (AC), a qual uma Comissão designada pelo Colegiado da Faculdade coordenará a sua organização e contagem, que deve totalizar 40 horas. Tais atividades serão entregues pelos discentes a cada final de período letivo e, após o término do oitavo período será entregue à Direção, a listagem dos discentes que concluíram a carga horária total exigida.

METODOLOGIA

Os procedimentos e processos de aprendizagem expressos neste PPC, que visam a formação de professores para atuar na Educação Básica está centrado no princípio da interdisciplinaridade e do diálogo entre teoria e prática. Sendo assim, o corpo docente de forma coletiva e atenta às realidades dos/as discentes, deve promover o planejamento e a integração das disciplinas, das práticas e das proposições de extensão envolvidas durante todo o percurso formativo em que a tríade professor-discente-conhecimento assuma condição essencial no currículo, desconstruindo a relação professor-discente que historicamente se estabeleceu como princípio norteador da prática docente, no qual o primeiro atua como filtro/transmissor de conhecimento e o segundo apenas como mero receptor.

De acordo com Cabral e Medeiros (2016), a formação docente, a partir de um contexto de práxis na perspectiva da construção de novos conhecimentos não se restringe ao momento da formação inicial, mas principalmente por todo o percurso profissional. Assim, podemos dizer que, a tríade: formador, formando e conhecimento se faz mediante relação dialética, sendo esta, característica necessária à realização da práxis. Nessa perspectiva, corroboramos com Freire (1996, p. 25) quando nos diz que ensinar não é apenas transferir conhecimentos, pois ?quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender?.

Ainda, de acordo com Japiassu (1976), os projetos que avançaram na discussão do fenômeno da insterdisciplinarização têm revelado, ao longo das últimas décadas de forma sintomática, a situação patológica em que se encontra o saber. Para o autor, o número exagerado de especializações e a velocidade do desenvolvimento de cada uma tem acarretado fragmentação crescente do horizonte epistemológico, e a exigência interdisciplinar mais

parece, nos dias atuais, a manifestação de um lamentável estado de carência, levando-nos a crer que o saber em migalhas seja o produto de uma inteligência esfacelada. Segundo Petraglia (1993), algumas disciplinas permitem, de certo modo, um conhecimento fragmentado; a interdisciplinaridade maximizará o conhecimento mais completo do todo ao expressar uma cosmovisão, ou seja, uma perspectiva diante da qual se determina as formas de operacionalizá-la.

Para Pinheiro (2002), um currículo que se pretenda interdisciplinar pode apontar para algumas possibilidades pedagógicas que se estabelecem com a correlação entre as disciplinas, as práticas e a extensão ? vinculadas entre si ou em relação de dependência ? possibilitando nível de integração através de temas, tópicos e ideias que permitam integrar conteúdos e/ou atividades diferentes.

Não obstante, para Petraglia (1993), um currículo interdisciplinar pressupõe que professores sejam capazes de compreender seu conceito e seus fundamentos e estejam abertos ao aprendizado de novas teorias e técnicas alicerçadas no cotidiano, assim como o cultivo pessoal e individual.

De forma didática, Petraglia (1993) apud Fazenda (1979) destaca conceitos importantes que julga contribuir com o debate acerca dessa temática: DISCIPLINARIDADE: conjunto específico de conhecimentos com suas próprias características sobre o plano de ensino, da formação dos mecanismos dos métodos, das matérias. MULTIDISCIPLINARIDADE: justaposição de disciplinas diversas, desprovidas de relação aparente entre elas. PLURIDISCIPLINARIDADE: justaposição de disciplinas mais ou menos vizinhas nos domínios do conhecimento. INTERDISCIPLINARIDADE: interação existente entre duas ou mais disciplinas. Essa interação pode ir da simples comunicação de ideias à integração mútua dos conceitos diretores da epistemologia, da terminologia, da metodologia, dos procedimentos, dos dados, da organização referentes ao ensino e à pesquisa. Um grupo interdisciplinar compõe-se de pessoas que receberam sua formação em diferentes domínios do conhecimento (disciplinas) com seus métodos, conceitos, dados e termos próprios. TRANSDISCIPLINARIDADE: resultado de uma axiomática comum a um conjunto de disciplinas.

Deste modo, ao tentar integrar as disciplinas, as práticas e a extensão no processo do percurso curricular do Curso de Licenciatura em Educação Física-PARFOR, resultará em uma visão mais abrangente, permitindo melhor conhecimento dos conteúdos e atividades aplicadas nos demais componentes curriculares e esta integração de saberes resultará em melhor apreensão do fenômeno estudado que para Santomé (1988) há muito tempo nas universidades, as disciplinas são ensinadas de forma isolada, tornando-se praticamente

incomunicáveis e essa fragmentação disciplinar fez com que o homem perdesse de vista a unidade do todo.

No PPC do Curso de Licenciatura em Educação Física-PARFOR, a intencionalidade é de aproximação com os pressupostos da interdisciplinaridade mesmo reconhecendo os desafios que são enfrentados, especialmente no campo do planejamento coletivo que, em grande medida, têm dificultado os momentos de estudo e de encaminhamento dos processos didático- metodológicos.

Desta forma, considerando os conteúdos do movimento humano organizados em dimensões - BRASIL. Portaria MEC/INEP de nº 241 de 02 de junho de 2014 que Estabelece normas para a organização do Exame Nacional dos Estudantes da Educação Superior/ENADE, parte-se da seguinte elaboração para possibilitar a integração dos componentes curriculares eleitos na matriz do Curso.

I. Dimensão socioantropológica: conhecimentos filosóficos, antropológicos, sociológicos e históricos que enfocam aspectos éticos, culturais, do meio ambiente, étnico-raciais, estéticos e epistemológicos inerentes à educação e à Educação Física escolar;

II. Dimensão biológica: conhecimentos sistêmicos sobre os aspectos morfológicos, fisiológicos e biomecânicos e suas aplicações na Educação Física escolar;

III. Dimensão comportamental: conhecimentos sobre mecanismos e processos do desenvolvimento humano e da saúde contemplando aspectos motores, aquisição de habilidades e fatores psicológicos intervenientes;

IV. Dimensão científica e tecnológica: conhecimentos dos procedimentos éticos e dos métodos e técnicas de estudo e pesquisa que fundamentam a ação educativa;

V. Dimensão didático e pedagógica: conhecimentos de fundamentos teórico-metodológicos da educação e sua aplicação no processo ensino-aprendizagem dos conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais do componente curricular de Educação Física.

Desta forma, os momentos de planejamento e estudo coletivos devem ser garantidos no decorrer de cada período letivo, numa relação simétrica entre os diversos componentes da matriz curricular. Santomé (1998) destaca que é comum em um modelo disciplinar, cada docente se preocupar apenas com sua matéria, considerando-a sempre a mais importante e forçando o conjunto de estudantes a interessar-se só por ela.

Para potencializar o processo interdisciplinar, uma das estratégias pedagógicas que pode ser utilizada será a discussão e definição de temas, conteúdos, projetos e atividades vivenciadas nas diferentes disciplinas, sendo aprofundadas no momento da prática e da Extensão como componente curricular e nos estágios curriculares supervisionados.

Os estágios supervisionados articulados ao princípio da interdisciplinaridade representam

momentos significativos no processo de formação, nos quais os discentes podem adquirir e consolidar as competências exigidas neste PPC para o exercício acadêmico-profissional na Educação Básica e nas diferentes modalidades de ensino.

Por sua vez, as proposições das práticas de Extensão devem articular o grupo de disciplinas considerando as cinco dimensões curriculares propostas neste PPC, bem como os projetos de Extensão e de Pesquisa desenvolvidos pela Faculdade e, ainda, as temáticas que necessitem ser aprofundadas e/ou que surjam como demandas nas práticas pedagógicas ao longo do desenvolvimento das aulas. Estas deverão ser organizadas e oferecidas como parte das experiências curriculares do semestre letivo e devem se constituir em carga horária complementar à carga horária obrigatória.

Vale ressaltar que, diante de um currículo com perspectiva interdisciplinar, o planejamento e os procedimentos metodológicos de cada docente e de cada componente curricular ganham ainda mais importância e sentido, considerando a natureza da disciplina, sua ementa, a carga horária teórica e prática e, em alguns casos, a carga horária dispensada à Pesquisa.

Nesse sentido, cada docente não deverá abrir mão de técnicas e procedimentos pedagógicos, que ao longo dos anos tem garantido aos graduandos experiências de aprendizagem significativas no trato com o conhecimento como os seminários, painel integrado, júri simulado, relatos de experiências, aulas expositivas e dialogadas.

Além dessas possiblidades metodológicas, os docentes deverão estimular a realização de atividades e projetos de caráter mais prático ou procedimental, priorizando o pluralismo de espaços pedagógicos como: oficinas, minicursos, palestras, mesas redondas, jogos, projetos pedagógicos de intervenção, pesquisa de campo de caráter exploratório, gincanas, ruas de lazer, memoriais de vida e formação, análise de história oral, bem como programas de Iniciação Científica, programas de Extensão, participação em eventos de caráter científicos, acadêmicos e comunitários.

É importante destacar que, as possibilidades pedagógicas devem privilegiar a relação entre ensino, pesquisa e extensão e, sobretudo, a unidade entre teoria e prática, condição essencial nos cursos de formação de professores.

PRÁTICA PEDAGÓGICA COMO COMPONENTE CURRICULAR

O Curso de Licenciatura em Educação Física-PARFOR garantirá a prática como componente curricular durante todo seu percurso formativo e, em momentos específicos, por meio de 405h previstas e em acordo com o capítulo IV, Art. 11 inciso III, alínea b, da

Resolução de nº 02 de dezembro de 2019:

b) 400 (quatrocentas) horas para a prática dos componentes curriculares dos Grupos I e II, distribuídas ao longo do curso, desde o seu início, segundo o PPC da instituição formadora (BRASIL, 2019, p.6).

Sendo assim, a Prática como componente curricular no Curso está presente desde o seu início e permeia toda a formação docente, com o objetivo de aproximar o discente de situações simuladas e contextualizadas de atuação docente e constituem momentos privilegiados de compreensão da atividade pedagógica.

Será vivenciada através de experiências de ensino (com os colegas de turma ou com a comunidade, em horário de aula); nesta perspectiva, a reflexão sobre os conteúdos de intervenção pedagógica contribuirá para a aproximação com a interface histórico-social vivenciado pelo estudante.

Tal prática poderá ser enriquecida com Tecnologias da Comunicação e Informação, estudos de caso e resultados de pesquisas, entre outras iniciativas que permitam vivência do nexo entre as dimensões conceituais e a aplicabilidade do conhecimento.

A Prática como componente curricular está contemplada com mais ênfase na disciplina Prática de Ensino e nas oficinas pedagógicas. A orientação de tais atividades está a cargo dos/as docentes ministrantes das atividades curriculares, bem como os locais consistirão tanto nas instalações físicas destinadas ao curso (piscina, ginásio, laboratório de expressão corporal, laboratório de lutas e outros espaços) quanto nas escolas.

A Prática como componente curricular está distribuída na matriz do Curso conforme descrito: Projeto/Prática de Brincadeiras e Jogos Projeto/Prática de Brincadeiras e Jogos (1º Período ? 60h); Projeto/Prática de Ginástica (3º Período ? 75h); Projeto/Prática ? Esportes (5º Período ? 90h); Projeto/Prática de Dança (6º Período ? 60h); Projeto/Prática de Lutas (7º Período ? 60h); Projeto/Prática de Lazer e Práticas Corporais de Aventura (8º Período ? 60h).TOTAL GERAL: 405h.

ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

O Estágio Curricular Supervisionado, em consonância com a legislação vigente, se configura como espaço de afirmação da prática docente, constituindo-se segundo Pimenta e Lima (2005; 2006), em um campo de conhecimento ao qual podemos atribuir-lhe estatuto

epistemológico que supera sua tradicional redução à atividade meramente prática instrumental.

Nessa perspectiva, no Curso de Licenciatura em Educação Física-PARFOR em que se considera que os discentes vinculados ao Curso já exercem atividades vinculadas à Educação Básica assim, o PPC atenta para o Artigo 11- parágrafo único da Resolução n.02/2019: ?Pode haver aproveitamento de formação e de experiências anteriores, desde que desenvolvidas em instituições de ensino e em outras atividades, nos termos do inciso III do Parágrafo único do art. 61 da LDB (Redação dada pela Lei nº 12.014 de 6 de agosto de 2009)?.

Compreendemos os conceitos de prática e de teoria, assim como a superação da fragmentação entre elas, a partir do conceito de práxis, apontando para o desenvolvimento do Estágio que, segundo Pimenta e Lima (2004), deve ser encarado como atitude investigativa, ou seja, que envolve a pesquisa, a reflexão e a intervenção no contexto escolar considerando portanto, todos os atores e as instâncias que a constroem ? professores, direção, coordenadores pedagógicos, discentes, pais, conselho escolar, conselhos de classe, grêmios.

No campo da Educação Física, as discussões acerca da dicotomia entre teoria e prática também ganha força a partir da segunda metade do século XX (Parecer CNE de nº 853 de 12/11), sendo após o período da ditadura civil-militar que surgem algumas publicações acadêmicas (SOARES et al., 1982; GEABRA, 1992; MOREIRA, 1992) que contribuíram para intensos debates acerca do tema.

É importante destacar que, a discussão envolvendo a formação do professor de Educação Física foi marcada por importantes embates e que até a atualidade apresentam-se como desafios às instituições formadoras e, consequentemente, para a atuação profissional.

Um deles é, sem dúvida, a composição do Curso que apresenta em sua matriz curricular as áreas das Ciências Humanas e Ciências Biológicas ou da Saúde que, ao longo dos anos tem sido objeto de intensos debates, tornando os currículos institucionais ainda mais dicotomizados e fragmentados que, segundo Velozo (2010), era imensa no nível da pós-graduação sendo antecipada para o contexto da graduação, onde o candidato ao curso precisa decidir por uma habilitação que lhe permita atuar ou no contexto escolar ou fora dele.

Ainda, de acordo com o autor, o currículo ao ser organizado de modo disciplinar, divide a realidade em recortes para tentar entender o fenômeno a partir de disciplinas com bases anatômicas, biológicas, psicológicas e sociológicas, entre outras, aplicadas ao estudo da Educação Física, e assim, cada uma fornecendo explicações de forma autônoma e

descontextualizada, impossibilitando melhor compreensão e intervenção na realidade social. Nesse sentido, Aroeira (2014) observa que uma alternativa para minimizar essas dificuldades é pensar práticas interdisciplinares entre o estágio e as outras disciplinas da matriz curricular. Outro ponto que merece destaque, segundo a autora, é a possibilidade de se estabelecer regime de colaboração e de responsabilidade compartilhada entre a escola de Educação Básica e a Universidade. Diante disso, coloca-se o desafio de garantir neste PPC que o Estágio Supervisionado seja espaço de reflexão da prática docente, onde professores-discentes, professores orientadores e professores da escola possam ressignificar suas identidades profissionais, a partir das novas demandas que a sociedade impõe à ação docente na escola.

Desta forma, é importante destacar a indissociabilidade entre pesquisa e ensino na construção metodológica do Estágio Supervisionado, permitindo o confronto na prática social concreta com os diferentes, divergentes e antagônicos instrumentos de análise e proposição postos nos marcos teóricos na Educação Física.

É função social deste Curso superar o nível da crítica em relação à realidade da escola brasileira para, de uma vez por todas, avançar no sentido de contribuir com a construção de uma escola transformadora e aberta às camadas sociais. Acredita-se que, o Estágio Supervisionado tem papel fundamental nesse processo, em diminuir a distância entre o que se ensina e o que se aprende na Universidade e a realidade concreta que se encontra na escola.

Diante dessas questões, aponta-se a seguir possibilidades amparadas pela legislação em vigor (Resolução nº 02/2019 por exemplo) e, de outras internas à instituição como: os instrumentos de aplicação a serem reconstruídos no âmbito da Faculdade de Educação Física/Campus Castanhal como: fichas de coleta de dados, sistematização, elaboração de documentos finais, Portaria de institucionalização de Coordenação de Estágio e Regulamento do Estágio, para a efetivação do Estágio Curricular Supervisionado:

I. A garantia de, no mínimo, 405 horas distribuídas ao longo do processo formativo;

II. O reconhecimento da prática docente da Faculdade de Educação Física /Castanhal fundada em diferentes, divergentes e antagônicas teorias do conhecimento e da educação, bem como de concepções teórico-metodológicas da Educação Física;

III. Contribuir para uma sólida formação do professor- pesquisador para atuar na Educação Básica ? em todos os níveis e modalidades ? observando as diversas realidades e contextos escolares;

IV. A construção de processos pedagógicos interdisciplinares que possam ser potencializados;

V. O reconhecimento como possibilidade de espaço de experimentação dos estudantes e intervenção profissional do futuro egresso;
VI. A garantia de aprofundamento de experiências nas modalidades de ensino ? Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial e Inclusiva, Educação Profissional e Tecnológica, Educação do Campo, Educação Escolar Indígena, Educação à Distância e Educação Escolar Quilombola, Educação Ribeirinha ?, no estágio específico e em todas as etapas previstas neste PPC;
VII. A aproximação do Estágio Supervisionado com o componente curricular Pesquisa, Extensão e Prática de Ensino para o desenvolvimento de atividades integradoras, possibilitando sínteses e sistematizações dos conhecimentos e de temáticas tratadas durante o percurso formativo;
VIII. O estabelecimento de regimes de colaboração e de responsabilidade compartilhada entre a escola e a Universidade.
Por fim, este PPC aponta como organização do Estágio Curricular Supervisionado a seguinte estrutura:

ESTÁGIO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: 60h de atividades orientadas e supervisionadas sobre o trabalho pedagógico da Educação Física em instituições escolares da Educação Básica/Educação Infantil; o planejamento (de trabalho, de disciplina e de aula), a docência de classe, a reflexão e avaliação pedagógicas; a transversalização da vivência e sistematização de experiências nas modalidades de ensino como Educação Especial e Inclusiva, Educação do Campo, Educação Escolar Indígena e Educação Escolar Quilombola.

ESTÁGIO NO ENSINO FUNDAMENTAL ? Anos Iniciais: 90h de atividades orientadas e supervisionadas sobre a pesquisa e a práxis docente/trabalho pedagógico em instituições escolares da Educação Básica focadas no Ensino Fundamental ? Anos Iniciais, o planejamento (de trabalho, de disciplina e de aula), a docência de classe, a reflexão e avaliação pedagógicas; a transversalização da vivência e sistematização de experiências nas modalidades de ensino como Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial e Inclusiva, Educação do Campo, Educação Escolar Indígena, Educação à Distância e Educação Escolar Quilombola, observando as mesmas orientações das atividades indicadas.

ESTÁGIO NO ENSINO FUNDAMENTAL ? Anos Finais: 90h de atividades orientadas e supervisionadas sobre a pesquisa e a práxis docente/trabalho pedagógico em instituições escolares da Educação Básica focadas no Ensino Fundamental ? Anos Finais, o

planejamento (de trabalho, de disciplina e de aula), a docência de classe, a reflexão e avaliação pedagógicas; a transversalização da vivência e sistematização de experiências nas modalidades de ensino como Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial e Inclusiva, Educação Profissional e Tecnológica, Educação do Campo, Educação Escolar Indígena, Educação à Distância e Educação Escolar Quilombola.

ESTÁGIO NO ENSINO MÉDIO E NA GESTÃO ? 90h de atividades orientadas e supervisionadas sobre a pesquisa e a práxis docente/trabalho pedagógico em instituições escolares da Educação Básica, focadas no Ensino Médio, o planejamento (de trabalho, de disciplina e de aula), a docência de classe, a reflexão e avaliação pedagógicas; a transversalização da vivência e sistematização de experiências nas modalidades de ensino como Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial e Inclusiva, Educação Profissional e Tecnológica, Educação do Campo, Educação Escolar Indígena, Educação à Distância e Educação Escolar Quilombola. A ação da Coordenação Pedagógica e as diversas instâncias de organização escolar. Relação teoria e prática do Coordenador e do Gestor educacional. Observações, vivências do Estágio Supervisionado em ambientes escolares.

ESTÁGIO NAS MODALIDADES DE ENSINO ? 75h de atividades orientadas e supervisionadas sobre a pesquisa e a práxis docente/trabalho pedagógico em instituições escolares da Educação Básica, focadas nas modalidades de ensino como Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial e Inclusiva, Educação Profissional e Tecnológica, Educação do Campo, Educação Escolar Indígena, Educação à Distância e Educação Escolar Quilombola, o planejamento (de trabalho, de disciplina e de aula), a docência de classe, a reflexão e avaliação pedagógica.

ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As Atividades Acadêmicas Complementares (AAC) normatizadas no capítulo V, inciso IV, da Resolução de nº 02 de 2019, citada anteriormente, deverão ser efetivadas em 40 (quarenta) horas de participação em eventos científicos e/ou esportivos e/ou culturais e/ou em projetos de pesquisa (contemplados na Extensão).
Este componente curricular tem por objetivo estimular a busca por atividades de atualização em áreas de conhecimento pertencentes à Educação Física e oferecido através de cursos, congressos, seminários, monitorias, etc.

As AAC deverão ser incrementadas durante todo o Curso por meio de mecanismos de aproveitamento de conhecimentos, adquiridos pelo estudante com estudos e práticas independentes, presenciais e/ou à distância, divididos em Núcleos. São eles:

I. Núcleo de estudos de formação geral das áreas específicas e interdisciplinares e do campo educacional, seus fundamentos e metodologias e das realidades educacionais;

II. Núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos das áreas de atuação profissional, incluindo os conteúdos específicos e pedagógicos, priorizados por este PPC em sintonia com o sistema de ensino;

III. Núcleo de estudos integradores para enriquecimento curricular compreendendo a participação em eventos.

O discente encaminhará à Faculdade os comprovantes de participação nas atividades para registro e contabilização. Por sua vez, a Faculdade de Educação Física, de acordo com Resolução própria aprovada pelo Conselho da Faculdade, explicita o limite de carga horária de cada atividade e os procedimentos para registro do cômputo de sua comprovação.

TRABALHO DE CURSO (TC)

De acordo com o art. 79, da Resolução de nº 4399/2013 do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) - CONSEPE/Resolução nº 4.399 de 14 de maio de 2013, que aprova o Regulamento do Ensino de Graduação da Universidade Federal do Pará ?, o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é atividade curricular obrigatória, componente do PPC com o fim de sistematizar o conhecimentos de natureza científica, artística e/ou tecnológica, por meio de estudo de determinado tema. Sua elaboração e defesa serão regidas, em seus aspectos gerais, pelos artigos 79-83 do Regulamento da Graduação da UFPA.

Durante o Curso o estudante será estimulado a desenvolver pensamento crítico, científico, bem como a participar de projetos de Pesquisa e Extensão que contribuirão com sua formação acadêmica.

Sua matrícula ocorrerá no início do 8º período mediante apresentação de ficha assinada pelo professor orientador devidamente vinculado à UFPA, de acordo com o artigo 82, da Resolução de nº 4399/2013. Em caso de mudança de orientador, durante o semestre, o pedido será deliberado pelo Conselho da Faculdade de Educação Física.

O TCC será desenvolvido individualmente e será realizado em formato de artigo científico, monografia, memorial acadêmico ou apresentação artístico-cultural (documentário, mostra de dança, vídeos, entre outras).

A defesa pública poderá ocorrer a partir do 7º período e contará com Banca Examinadora composta de, pelo menos dois membros titulares, o orientador e um professor convidado.

POLÍTICA DE PESQUISA

O Curso de Licenciatura em Educação Física obedece aos princípios curriculares e metodológicos que promovam a integração entre ensino, pesquisa e extensão e a relação teoria-prática como elementos indissociáveis do processo ensino-aprendizagem, na perspectiva da relação entre docente, discente e conhecimento.

As atividades de pesquisa são percebidas como estratégicas para potencializar a formação do professor que está em exercício (como é o caso do público alvo do PARFOR) e compõem o percurso acadêmico dos discentes desde o primeiro período letivo, no qual são introduzidos no mundo do pensamento científico e estimulados a participarem de projetos de Iniciação Científica (IC) desenvolvidos na UFPA até a conclusão do Curso, com a defesa do TCC.

A pesquisa objetiva gerar, ampliar e difundir conhecimentos científico, tecnológico e cultural, sendo voltada em especial, à realidade escolar amazônica.

Neste sentido, de acordo com o capítulo VI, art. 185, do Regimento Geral da UFPA: "a pesquisa será financiada com recursos próprios e com recursos externos, obtidos em agências de financiamento nacionais ou internacionais, órgãos governamentais e empresas e captados por meio de projetos institucionais ou pelos próprios pesquisadores, com apoio da Instituição." (PARÁ, 2006, p. 52).

A Faculdade de Educação Física, obedecendo aos preceitos do Estatuto e do Regimento Geral da UFPA, incentivará a pesquisa por meio da concessão de auxílios para a execução de projetos de Iniciação Científica, apoio à implantação do Programa de Pós-Graduação em Ciência do Movimento Humano, divulgação e publicação de resultados de pesquisas de docentes e discentes em eventos científicos, intercâmbio com outras instituições e fomento à criação de Grupos de Pesquisa.

Outro passo importante para o aprofundamento das atividades de pesquisa consiste na organização de eventos científicos, nos quais pode ocorrer a difusão das produções acadêmicas de docentes e discentes, por meio da apresentação de trabalhos realizados no decorrer das atividades curriculares.

POLÍTICA DE EXTENSÃO

O contato direto com os problemas sociais, econômicos e políticos da sociedade brasileira é imprescindível à formação de profissionais cidadãos, dotados de valores e competências para enfrentar o mundo do trabalho com habilidade técnico-científica e postura crítica e ética ? como diferencial entre os discentes do Curso de Licenciatura em Educação Física-PARFOR.

De acordo com os Artigos 62 a 66 da Resolução nº 4.399/CONSEPE, de 14.05.2013, as atividades de Extensão se configuram em processos educativos, culturais e científicos que viabilizam a relação transformadora entre a Universidade e a sociedade e se constituem em ações interativas com a comunidade externa à academia, visando contribuir para o seu desenvolvimento social, cultural, científico, tecnológico e material nos termos regimentais e conforme Resoluções específicas.

Estruturam-se, com base no princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, em conformidade com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e o Plano Nacional de Educação e a Resolução nº07/2018 a qual institui o percentual de pelo menos dez por cento (10%) da carga horária total do curso a essas atividades. Essa carga horária será distribuída em componentes curriculares exclusivos para esse fim, compondo o desenho curricular do Curso, totalizando 330 horas, considerando:

I - a interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos, da participação e do contato com as questões complexas contemporâneas presentes no contexto social;

II - a formação cidadã dos estudantes, marcada e constituída pela vivência dos seus conhecimentos, que de modo interprofissional e interdisciplinar, seja valorizada e integrada à matriz curricular;

III - a produção de mudanças na própria instituição superior e nos demais setores da sociedade, a partir da construção e aplicação de conhecimentos, bem como por outras atividades acadêmicas e sociais;

IV - a articulação entre ensino/extensão/pesquisa, ancorada em processo pedagógico único, interdisciplinar, político educacional, cultural, científico e tecnológico.

Art. 6º Estruturam a concepção e a prática das Diretrizes da Extensão na Educação Superior:

I - a contribuição na formação integral do estudante, estimulando sua formação como cidadão crítico e responsável;

II - o estabelecimento de diálogo construtivo e transformador com os demais setores da sociedade brasileira e internacional, respeitando e promovendo a interculturalidade;

III - a promoção de iniciativas que expressem o compromisso social das instituições de

ensino superior com todas as áreas, em especial, as de comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção e trabalho, em consonância com as políticas ligadas às diretrizes para a educação ambiental, educação étnico-racial, direitos humanos e educação indígena;
IV - a promoção da reflexão ética quanto à dimensão social do ensino e da pesquisa;
V - o incentivo à atuação da comunidade acadêmica e técnica na contribuição ao enfrentamento das questões da sociedade brasileira, inclusive por meio do desenvolvimento econômico, social e cultural;
VI - o apoio em princípios éticos que expressem o compromisso social de cada estabelecimento superior de educação;
VII - a atuação na produção e na construção de conhecimentos, atualizados e coerentes, voltados para o desenvolvimento social, equitativo, sustentável, com a realidade brasileira (BRASIL, 2018, p. 02).

Ao longo da carga horária destinada às atividades de Extensão, o docente responsável por esse componente curricular e os discentes realizarão a elaboração e implementação de ações voltadas à sociedade por meio de:
I - programas;
II - projetos;
III - cursos e oficinas;
IV - eventos;
V - prestação de serviços.
A seguir da carga horária destinada às essas atividades ao longo dos períodos letivos: 1º Período (Extensão em Práticas Corporais na Educação Física Escolar no contexto das comunidades tradicionais - 60h); 3º Período (Extensão em Práticas Corporais na Educação Física Escolar em Direitos Humanos e Inclusão - 60h); 4º Período (Extensão em Práticas Corporais na Educação Física Escolar nas Relações Étnico-Raciais - 60h); 6º Período (Extensão em Práticas Corporais na Educação Física Escolar na Atividade Física e Saúde - 75h); 7º Período (Extensão em Práticas Corporais na Educação Física Escolar no Lazer e Meio Ambiente na Amazônia - 75h). TOTAL: 330h.

Além da prática extensionista ao longo das atividades curriculares, o curso de Educação Física possui o Laboratório de Bioquímica, Nutrição e Fisiologia (LABIOQNEF), financiado com recursos do PROINT e do Campus Universitário de Castanhal, que funciona como locus privilegiado para a implantação de atividades de Extensão. Existem outras ações de

Extensão no Curso:

- Projeto ?Esporte Universitário? cujo objetivo é promover vivências esportivas à comunidade acadêmica do Campus, em especial aos discentes.
- Projeto ?Atividades Aquáticas? para a promoção de práticas corporais no meio aquático, envolvendo a natação e a hidroginástica, com atendimento à crianças, a adolescentes, a adultos e idosos dos bairros adjacentes e à comunidade do Campus.
- Projeto ?Ensino das Lutas? na promoção do desenvolvimento crítico, cultural e social de jovens e adultos da comunidade castanhalense por meio do esporte, a partir dos princípios da luta, da arte marcial e das modalidades esportivas de combate.
- Projeto "Construindo Práticas Educativas para Equidade de Gênero e suas Intersecções: formação continuada de professores", experiência piloto desenvolvida na Escola Municipal Maria da Encarnação com o objetivo de propiciar experiências de formação continuada para professores da escola pública, com o intuito de construir espaço de estudo, troca de experiências e produção de material didático para o trabalho com a temática de gênero e suas intersecções.

Projeto "Esporte na Cidade: experiências pedagógicas com crianças e adolescentes do município de Inhangapi/PA" com o objetivo de desenvolver com crianças e adolescentes do município de Inhangapi, cidade localizada a 16 km do município de Castanhal, experiências pedagógicas em diversas linguagens esportivas, ampliando os repertórios de experimentação de novas práticas da cultura corporal, com novos sentidos/significados em torno do fenômeno esportivo, além de potencializar o debate acerca de temáticas inerentes e vitais à formação humana como: questões de gênero, racismo, diversidade religiosa, direitos humanos, entre outras.

POLÍTICA DE INCLUSÃO SOCIAL

Mais do que simplesmente construir a infraestrutura necessária para a garantia da inclusão social aos diversos segmentos de nossa sociedade, o PPC traz no bojo de sua elaboração, o olhar sobre o papel da Universidade Pública na relação da população/comunidade com o conhecimento produzido e/ou sistematizado no seu interior e deste com as demandas e a organização sociais.

O Laboratório de Acessibilidade (LACESS) do Campus Universitário de Castanhal foi criado em 2011, para eliminar barreiras físicas, de comunicação e de informação, que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e social de pessoas da comunidade

acadêmica com deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas habilidades/superdotação.

Em 2015, o LACESS tornou-se o Núcleo de Acessibilidade (NACESS), fazendo parte da política de descentralização da COACESS (Coordenadoria de Acessibilidade), vinculado à Superintendência de Assistência Estudantil na realização dos seguintes serviços:

I. Conversão de materiais impressos para formatos acessíveis para DOSVOX e ampliação na tela;

II. Tradução das atividades de ensino, pesquisa e extensão para Libras;

III. Assessoria aos docentes no ensino e na avaliação de discentes com necessidade de recursos especiais;

IV. Empréstimo de equipamentos de acessibilidade aos discentes com necessidade de recursos especiais.

O NACESS atua no atendimento aos discentes do curso de Educação Física com a efetiva inclusão social e acadêmica de discentes com deficiência física e auditiva e calcado neste concreto olhar à realidade social. Destacam-se, a seguir, as ações em prol da Política de Inclusão Social do Curso:

I. Oferta da disciplina LIBRAS, obrigatória aos cursos de Licenciaturas, conforme o Decreto nº 5.626 de 2005 (Decreto de nº 5626 de 22 de dezembro de 2005: Regulamenta a Lei no 10.436 de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais/Libras; e o art. 18 da Lei no 10.098 de 19 de dezembro de 2000);

II. Oferta da disciplina de Fundamentos da Educação Inclusiva;

III. Oferta da disciplina Educação Física Atividades Educacionais Especializadas;

IV. Consultoria e qualificação dos docentes no atendimento e na avaliação de discentes com Necessidades Educativas Especiais.

Os discentes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) constituem o grupo com menor número de ingressantes na UFPA. Entretanto, por determinação do MEC, deve ter registro no PPC como o Curso, com o apoio da Universidade, garantirá a proteção aos Direitos da Pessoa com TEA e suas necessidades, conforme o disposto na Lei nº 12.764/2012 (Lei de nº 12.724, de 27 de dezembro de 2012: Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3o do art. 98 da Lei no 8.112 de 11 de dezembro de 1990) que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Diretos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

Embora exista a necessidade de destacar os cuidados da Instituição para com este público, no qual ratificamos que o NACESS oferece a estes os mesmos recursos que aos demais discentes.

Outras formas de inclusão social se constituem a partir da residência estudantil para discentes com moradia de origem fora de Castanhal, da concessão de bolsas permanência para discentes em situação de hipossuficiência econômica, do processo seletivo para quilombolas e indígenas e também pela equipe de assistência estudantil do Campus de Castanhal com psicóloga, assistente social e pedagoga.

PLANEJAMENTO DO TRABALHO DOCENTE

Em conformidade com o Regimento de Ensino da Graduação da UFPA, o qual aponta a obrigatoriedade da avaliação das atividades didático-pedagógicas ao término de cada período letivo, o curso de Educação Física-PARFOR adota como procedimento de supervisão da organização curricular e do processo de ensino-aprendizagem, a realização da ?Semana de Planejamento Acadêmico? com encontros que envolvem o Corpo Docente do Curso, a Secretaria Acadêmica do Campus de Castanhal, a Secretaria Acadêmica da Faculdade e a Representação Estudantil, cujo objetivo é o planejamento das atividades do período letivo seguinte.

Estes encontros têm como ponto de partida as diretrizes do Núcleo Docentes Estruturante (NDE), que em reuniões prévias, planejará atividades a serem desenvolvidas, direcionadas à avaliação da efetividade das ações curriculares desenvolvidas no Curso, bem como a melhoria da prática docente, eliminando a individualização do trabalho acadêmico sobre as práticas de trabalho coletivo em busca de novas tecnologias de ensino que possam se sobrepor, além do repasse de conteúdos disciplinares, o estímulo aos discentes à pro-atividade do desenvolvimento a pesquisa e a extensão necessário à formação de professores capacitados a atuar na Educação Básica no campo da Educação Física Escolar.

Do mesmo modo, nestes encontros são discutidas as melhorias para o atendimento ao desempenho discente nos aspectos relacionados à infraestrutura de acessibilidade às pessoas com deficiência; a utilização de laboratórios e de outros espaços físicos dentro e fora do Campus e da gestão administrativa.

SISTEMA DE AVALIAÇÃO

A. AVALIAÇÃO DO ENSINO E DA APRENDIZAGEM

Avaliação como elemento chave na organização do trabalho pedagógico precisa considerar os discentes no processo. Neste sentido, o PPC deve ser avaliado pelos discentes ativos, não

só no contexto da matriz curricular, como nas condições político-administrativas que envolvem a organização da sua gestão.

Desta forma, elementos como calendário acadêmico, organização disciplinar por período e carga horária de atividades acadêmicas previstas, questões relacionadas aos conteúdos e procedimentos metodológicos das disciplinas, assim como questões relativas à relação professor/discente, discente/gestão, ligados à infraestrutura geral do Campus e suas relações com a sociedade em geral.

Para tanto, cabe a criação de instrumentos avaliativos próprios para serem utilizados pelos discentes para a avaliação do Curso, criados por um grupo de trabalho especifico, formado por técnicos e docentes e uma representação discente do curso de Educação Física e submetidos à aprovação do Conselho da Faculdade.

Os resultados da avaliação deverão ser socializados à comunidade acadêmica ao final de cada triênio.

O processo de avaliação da aprendizagem desenvolvido no interior do Curso observará a normatização da organização didática presente na LDB n.9.394/96, no Regimento Geral da UFPA (considerando os artigos 178 a 180) e, também, no Regulamento da Graduação da UFPA (a partir do artigo 107 ao 117 ? referente ao Aproveitamento Acadêmico).

Neste sentido, será desenvolvida considerando o processo como sendo sistemático, gradual, cumulativo e cooperativo, identificando se houve a construção da aprendizagem a partir dos conteúdos socioculturais, avançando para a reorganização de novas possibilidades capazes de qualificar o processo educativo.

Vale ressaltar que, ao considerar a diversidade metodológica que os/as docentes desenvolvem em seus cotidianos educativos, podendo desenvolver portanto, atividades individuais e em grupo, através de pesquisa bibliográfica, pesquisa de campo, apresentação de trabalho, apresentação de seminário, práticas pedagógicas, elaboração e ou execução de projetos, avaliação escrita e/ou prática, produção científica, artística e cultural, ações de intervenção, além de outras possibilidades pedagógicas.

Destacamos ainda que a avaliação do ensino tomará como referência o que pauta as práticas qualitativas, quais sejam:

I. Domínio cognitivo ? a capacidade do discente em relacionar o seu conhecimento prévio com o novo conhecimento por meio das práticas de sala de aula;

II. Qualidade das atividades ? cumprir as tarefas propostas pelos professores com disposição, empenho e interesse;

III. Disponibilidade para desenvolver atividades em equipe ? apresentar-se de forma

cooperativa, capaz de interagir com o outro, de forma a potencializar a construção de conhecimentos;

IV. Autonomia ? expor no cotidiano da sala de aula a capacidade em tomar decisões e, ainda, propor alternativas visando solucionar problemas.

B. AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO

O Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação Física/PARFOR passará por processo de avaliação a cada três anos. Esse procedimento se fará, considerando a coletividade dos diferentes sujeitos envolvidos ? docentes, discentes, técnicos, gestores e a comunidade em geral ? na perspectiva de, a partir das distintas perspectivas contribuir para somar, levando em consideração os diversos territórios representados, objetivando qualificar cada vez mais a missão da Universidade no que se refere ao tripé ensino-pesquisa-extensão.

O PPC poderá, mediante as avaliações do mesmo, passar por modificações em seus elementos constituintes, com vistas a adequar e responder com maior qualidade a um curso de Licenciatura na realidade brasileira e, em especial, no contexto da região Amazônica, no estado do Pará.

DIMENSÃO 2 - CORPO DOCENTE E TUTORIAL

A. DOCENTES

Nome	Titulação máxima	Área de Concentração	Regime de Trabalho
Antônio Valdir Monteiro Duarte	Doutor	História da Educação Física; Educação e Direitos Humanos; Avaliação da Aprendizagem	Dedicação Exclusiva
Dalva de Cássia Sampaio dos Santos	Doutor	Dança e Atividades Rítmicas; Práticas Corporais de Aventura; Estudos do Lazer	Dedicação Exclusiva
Daniel Alvarez Pires	Doutor	Esportes Individuais; Esportes Coletivos	Dedicação Exclusiva
Darinêz de Lima Conceição	Doutor	LIBRAS; Didática e Organização do Trabalho Pedagógico; Metodologia do Ensino da Educação Física	Dedicação Exclusiva
Eduardo Macedo Penna	Doutor	Metodologia da Pesquisa Científica em Educação Física; Projeto de Pesquisa	Dedicação Exclusiva
Elren Passos Monteiro	Doutor	Cinesiologia e Biomecânica; Fund. da Educação Inclusiva; Educ. Física e Atividades Educacionais Esp.	Dedicação Exclusiva
Elton Vinicius Oliveira de Souza	Mestre	Crescimento e Desenvolv. Humano e Ativ. Motora; Estatíst. e medidas aplicada à educ. Física Escolar	Dedicação Exclusiva
Euzébio de Oliveira	Doutor	Introdução ao Estudo das Células na Educação Física; Bases Teciduais em Educação Física	Dedicação Exclusiva
Josafá Gonçalves Barreto	Doutor	Socorros Urgentes e Educação Física Escolar; TDCI Aplicada à Educação	Dedicação Exclusiva
Juciléia Barbosa Bezerra	Doutor	Anatomia Humana	Dedicação Exclusiva
Lilian Silva de Sales	Doutor	Bases Antropológicas em Educação; Educação Cultura e Sociedade; Educ. para relações étnico raciais	Dedicação Exclusiva
Marcelo de Almeida Ferreira	Doutor	Filosofia da Educ.; Polít. e Gestão Educacional; Polít. Públicas em Educação, Educ. Física e Lazer	Dedicação Exclusiva
Otávio Luiz Pinheiro Aranha	Doutor	Ginástica; Atletismo; Estágio Supervisionado	Dedicação Exclusiva
Renata Vivi Cordeiro	Doutor	Jogo e Brincadeira; Planejamento Educacional	Dedicação Exclusiva
Sérgio Eduardo Nassar	Doutor	Organização de Eventos Esportivos e Lúdicos na Escola; Modalidades Aquáticas	Dedicação Exclusiva
Suélen Merlo	Doutor	Fundamentos da Fisiologia Aplicada a Educação Física; Psicologia da Aprendizagem	Dedicação Exclusiva

B. TÉCNICOS

A Faculdade de Educação Física dispõe, na Secretaria, de 1 servidora. Atualmente, em parceria com a Prefeitura de um município do entorno do Campus, dispõe de 01 técnico responsável pela manutenção do parque aquático, vinculado à Faculdade de Educação Física (FEF). Do quadro de docentes destaca-se 2 professores que atuam na Direção e Vice Direção e, também, conforme aprovações em projetos como o LABINFRA; o corpo docente da Faculdade organiza-se para distribuir as responsabilidades de coordenação e organização dos espaços de apoio vinculados à Faculdade.

Foi apresentada uma demanda no Plano de Desenvolvimento da Unidade (PDU), do Campus de Castanhal, referente à necessidade de 1 servidor para o cargo de técnico de nível superior em Educação Física, a fim de organizar e auxiliar as atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão relacionadas às atividades recreativas e esportivas no complexo esportivo do Curso. Existe também a demanda por mais 1 servidor na Secretaria da Faculdade em virtude das elevadas demandas administrativa e acadêmica.

DIMENSÃO 3 - INFRAESTRUTURA

A. INSTALAÇÕES

Descrição	Tipo de Instalação	Capacidade de Alunos	Utilização	Quantidade
Gabinetes de trabalho individuais para a Direção e a Vice Direção	Sala	4	Administrativa	2
Gabinetes de trabalho, em duplas, para os docentes do Curso	Sala	4	Orientação acadêmica	8
Salas de aula tamanho padrão para realização de aulas	Sala	40	Aula	8
Ginásio Poliesportivo coberto, com arquibancada, vestiários e iluminação	Sala	300	Aula	1
Sala de Musculação	Sala	15	Aula	1
Piscina semiolímpica, com oito blocos de partida	Sala	40	Aula	1
Laboratório de Expressão Corporal	Sala	40	Aula	1
Salas de almoxarifado de materiais esportivos	Sala	5	Administrativa	2
Laboratório de Bioquímica, Nutrição e Fisiologia do Exercício (LABIOQNEF), funcionando em duas salas anexas ao Ginásio de Esportes	Laboratório	20	Aula	2
Laboratório de Lutas	Laboratório	20	Aula	1
Laboratório de Epidemiologia Espacial sediado em gabinete docente	Laboratório	10	Aula	1
Quadra de voleibol de areia	Laboratório	40	Aula	1
Campo de Futebol	Laboratório	40	Aula	1
Secretaria para atendimento à comunidade	Secretaria	5	Administrativa	1

B. RECURSOS MATERIAIS

Instalação	Equipamento	Disponibilidade	Quantidade	Complemento
Gabinetes de trabalho individuais para a Direção e a Vice Direção	computador	Cedido	2	Os gabinetes da Direção, Vice Direção e dos docentes possuem um aparelho de ar condicionado, mesas de trabalho, computadores, cadeiras e armários. Os equipamentos de datashow são compartilhados com outras Faculdades do Campus, com exceção de quatro equipamentos os quais foram obtidos por docentes da Faculdade por meio de Edital de apoio aos recém-doutores (PRÓ-DOUTOR).
Gabinetes de trabalho, em duplas, para os docentes do Curso	mesa	Cedido	8	Os gabinetes da Direção, Vice Direção e dos docentes possuem um aparelho de ar condicionado, mesas de trabalho, computadores, cadeiras e armários. Os equipamentos de datashow são compartilhados com outras Faculdades do Campus, com exceção de quatro equipamentos os quais foram obtidos, por docentes da Faculdade por meio de Edital de apoio aos recém-doutores (PRÓ-DOUTOR).
Ginásio Poliesportivo coberto, com arquibancada, vestiários e iluminação	Iluminação	Cedido	2	
Laboratório de Expressão Corporal	Iluminação	Cedido	2	O Laboratório de Expressão Corporal possui paredes com espelhos, sistema de som ambiente e dois equipamentos de ar condicionado, além de piso específico para as atividades de dança.
Piscina semiolímpica, com oito blocos de partida	Iluminação	Cedido	2	A Piscina semi-olímpica utilizada em projetos de extensão e no componente curricular de Modalidades Aquáticas.
Sala de Musculação	Iluminação	Cedido	2	A sala de musculação possui equipamentos adquiridos nos Editais do LABINFRA.
				A Faculdade possui uma sala de almoxarifado de

Instalação	Equipamento	Disponibilidade	Quantidade	Complemento
Salas de almoxarifado de materiais esportivos	Iluminação	Cedido	2	materiais esportivos contendo bolas de iniciação, voleibol, basquetebol, futsal, futebol de campo, cones, chapéus chineses, arcos, bastões, mesa de tênis de mesa, suporte para rede e rede de tênis de mesa, raquetes e bolas de tênis de mesa e tênis de quadra, carros para bolas, colchonetes, blocos de partidas, varas de bambu e barreiras de provas de atletismo. Outra sala de almoxarifado é utilizada para a guarda de materiais de atividades aquáticas:
Salas de aula tamanho padrão para realização de aulas	mesa	Cedido	8	As salas de aula possuem equipamentos de ar condicionado e 40 carteiras escolares em cada uma delas.

C. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AROEIRA, Kalline Pereira. Estágio supervisionado e possibilidades para uma formação com vínculos colaborativos entre universidade e a escola. In: ALMEIDA, Maria Isabel de; PIMENTA, Selma Garrido. (Orgs.). Estágios supervisionados na formação docente: Educação Básica e Educação de Jovens e Adultos. São Paulo: Cortez, 2014.

BRASIL. Resolução nº 02 de 1 de Julho de 2015. Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Brasília, DF, 2015.

___. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

Portaria MEC/INEP de nº 241, de 02 de junho de 2014: Estabelece normas para a organização do Exame Nacional dos Estudantes da Educação Superior/ENADE. Brasília, 2014.

___. Governo do. Portaria MEC/INEP de nº 481, de 06 de junho de 2017: Estabelece normas

para a organização do Exame Nacional dos Estudantes da Educação Superior/ENADE. Brasília, 2017.

___. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação. Brasília: MEC/SEB/DICEI. 2013.

___. Decreto de nº 5626, de 22 de dezembro de 2005: Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002 que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais/Libras. Brasília, 2000.

___. Lei de nº 12.724, de 27 de dezembro de 2012: Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Brasília, 2012.

___. CNE/Parecer de nº 853, de 12/11/1971: Versa sobre a Educação Física como atividade curricular no ensino escolar, 1971.

___. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Brasília, 1996.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino. [Trad. Reynaldo Bairão]. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora S/A, 1975.

CABRAL, Carmen Lúcia de Oliveira; MEDEIROS, Marinalva Veras. Formação docente: da teoria à prática, em uma abordagem sócio histórica. Revista E-Curriculum. São Paulo. v. 1, n. 2, junho de 2006.

DAOLIO, J. Da cultura do corpo. Campinas: Papirus, 2000.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

___. Educação como prática de liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1975.

FREIRE, João Batista. Educação de Corpo Inteiro. São Paulo: Scipione, 1989.

GARIGLIO, J. A. O papel da formação inicial no processo de constituição da identidade

profissional de professores de Educação Física. Revista Brasileira Ciência do Esporte, Florianópolis, v.32, n 24, p. 11-28, dez. 2010.

GEBARA, Ademir. Educação Física e Esportes no Brasil: perspectivas (na história) para o século XXI. In: MOREIRA, Wagner Wey. (Org.). Educação Física e Esportes: perspectivas para o século XXI. Campinas: Papirus, 1992.

JAPIASSU, Hilton. Interdisciplinaridade e patologia do saber. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

KUNZ, Elenor. Pedagogia do Esporte, do Movimento ou da Educação Física? In: KUNZ, E.; TREBELS, A. H. (Orgs.). Educação Física Crítico-emancipatória: com uma perspectiva da pedagogia alemã do esporte ? Ijuí: Editora Unijuí, 2006.

___. Transformação didático-pedagógica do esporte. Ijuí: UNIJUÍ, 1994.

___. Educação Física: ensino e mudanças. Ijuí: Unijuí, 1991.

LUCKESI, Cipriano. Avaliação e aprendizagem escolar. São Paulo: Cortez, 1995.

MOREIRA, Wagner Wey (Org.). Educação Física e Esportes: perspectivas para o século XXI. Campinas: Papirus, 1992.

PARÁ. Resolução CONSEPE nº 4399/2013 de 14 de maio de 2013. Aprova o Regulamento do Ensino de Graduação no âmbito da Universidade Federal do Pará, 2013.

___. Regimento Geral da Universidade Federal do Pará. Belém, 2006.

___. CONSEPE/Resolução nº 4.399 de 14 de maio de 2013. Aprova o Regulamento do Ensino de Graduação da Universidade Federal do Pará. Belém, 2013.

PETRAGLIA, Izabel Cristina. Interdisciplinaridade: o cultivo do professor. São Paulo: Pioneira,1993.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e Docência. São Paulo: Cortez, 2004.

___. Estágio e docência: diferentes concepções. Revista Poíesis Pedagógica, v. 3, n. 3-4, 2005/2006.

PINHEIRO, Eduardo José. O Ensino interdisciplinar. Revista Scientia. Vila Velha. v. 3, n.2, p. 39-50., jul./dez. 2002.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. Globalização e interdisciplinaridade: o currículo integrado. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

SAVIANI, Dermeval. Pedagogia Histórico-crítica: primeiras aproximações. 11 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

SAUL, Ana Maria. Avaliação emancipatória: desafio à teoria e à prática de avaliação e reformulação de currículo. São Paulo: Cortez, 1988.

SÉRGIO, M. Motricidade Humana: contribuições para um paradigma emergente. Blumenau, SC: Furb, 1995 (Coleção Epistemologia e Sociedade).

___. Um corte epistemológico: da Educação Física à Motricidade Humana. 2 ed. Lisboa: Instituto Piaget, 1999.

___. Alguns olhares sobre o corpo. Lisboa: Instituto Piaget, 2003. 150 p.

___. A racionalidade epistêmica na Educação Física do século XX. In: SÉRGIO, M.; ROSÁVRIO, T.; FEITOSA, A. M.; ALMADA, F; VILELA, J.; TAVARES, V. O Sentido e a Ação. Lisboa: Instituto Piaget, 2008, p. 13 -30.

SOARES, Carmem Lúcia et al. Metodologia do Ensino de Educação Física. São Paulo: Cortez, 1992.

___. Educação Física: raízes europeias e Brasil. SP: Autores Associados, 2017 (Coleção educação contemporânea).

VELOZO, Emerson Luís. Educação Física, Ciência e Cultura. Rev. Bras. Cienc. Esporte,

Campinas, v. 31, n. 3, p. 79-93, maio/2010.